

A linha de miséria e algumas pontuações

(Fábio Campos)

21/09/2007 01:30

Deu no O POVO de ontem: 560 mil pessoas deixaram a linha de miséria no Ceará entre 2005 e 2006. Notícia boa? Claro que sim, mas é preciso pontuar. Tecnicamente, o que se considera "linha de miséria" (e isso está na excelente reportagem assinada por Oswaldo Scalioti) é a faixa social que sobrevive com renda de até R\$ 125 por mês. Está evidente que o resultado é uma consequência do grande aumento de famílias atendidas pelo programa Bolsa Família. Aí é que está a má notícia. A melhora nos índices de renda dos mais pobres não se deu pela desenvoltura de nossa economia, mas sim pela distribuição de dinheiro (o que não elimina o mérito de tal programa que é sim de cunho assistencialista). No mesmo caderno de economia que publicou a reportagem dos resultados apurados pela pesquisa da respeitada Fundação Getúlio Vargas, há uma entrevista em que o presidente do Ipea (órgão do Governo), o economista Márcio Pochmann, diz o seguinte: "Só Bolsa Família não garante inclusão". Então, a tarefa a ser feita continua a de sempre: desenvolvimento econômico com políticas de distribuição de renda. Ou como disse Pochmann, "é preciso, além do Bolsa Família, outras medidas do ponto de vista da inclusão social que não acontece apenas com a transferência de recursos".

A ÁRDUA TAREFA E A OPORTUNIDADE PERDIDA

Os números levantados pelo estudo da Fundação Getúlio Vargas dão bem a dimensão da imensa tarefa a ser enfrentada pelos governos cearenses e pela sociedade. Notem bem: mesmo com os avanços, 36,05% da população do Ceará permanece na faixa da miséria. Ou seja, um imenso contingente de quase três milhões de cearenses. Isso não significa que o restante não esteja passando necessidades. É provável que igual contingente populacional sobreviva na faixa de renda entre os R\$ 125 e o salário mínimo (R\$ 380), ou um pouco mais. Entenderam? Milhões de miseráveis, milhões de muito pobres, uma classe média que permanece pequena e uma diminuta faixa de cidadãos muito ricos. É fato que a renda do cearense vem melhorando ano a ano. Segundo o estudo da FGV, entre 1992 e 2006, o percentual de habitantes do Ceará na linha de miséria caiu quase pela metade, passando de 61,81% para os atuais 36,05%. Somente entre 2005 e 2006, essa queda foi de 17,07%. Notem que isso ocorreu numa fase em que o crescimento econômico do País foi pífio. Óbvio que os resultados teriam sido bem melhores se a economia brasileira tivesse aproveitado a grande oportunidade global de promover o crescimento econômico. A dúvida é: a oportunidade permanece ou o Brasil a perdeu?

O DEVER FEDERAL E O SUDESTINISMO PETISTA E TUCANO

O fato é que o drama continua o mesmo: estamos melhorando, mas de forma muito lenta. As necessidades são muito maiores do que as respostas que vêm sendo dadas. O Ceará, na média, levando-se em conta uma cesta de índices, até vem tendo desempenho socioeconômico, maior que o do Brasil e, em muitos casos, maior que a média nordestina. Mesmo assim, tem sido insuficiente. O problema é que há limites do que se pode fazer no âmbito estadual. O velho mantra se mantém: faltam políticas nacionais de desenvolvimento econômico dirigidas especialmente para as regiões mais pobres do País. Nesse ponto, o Governo Lula até consegue se igualar em ruindade ao Governo de Fernando Henrique Cardoso. Com os dois, o paulicentrismo se exacerbou. PSDB e PT têm visões sudestinas do País.

ELOGIO AO PROGRAMA DE METAS SOCIAIS, QUE FOI EXTINTO

Atentem para a seguinte avaliação feita pelo economista Marcelo Néri, que foi o coordenador da pesquisa da Fundação Getúlio Vargas: "Os dados mostram que a queda da desigualdade foi essencial para a redução da miséria no Ceará até mais que o crescimento da renda. Fatores como liberação de microcrédito e estabelecimentos de metas sociais pelo Governo podem ter contribuído para diminuição da miséria". A suposição de que as políticas de metas sociais tenham contribuído para o resultado do Ceará merece um comentário. A política de metas foi uma das boas novidades do governo de Lúcio Alcântara. O trabalho, inédito no País, ficou sob a responsabilidade da já extinta Secretaria da Inclusão Social, que tinha à frente a socióloga Celeste Cordeiro. Estabeleciam-se referências (metas) sociais públicas e transparentes a serem perseguidas pelo Governo e pela sociedade. Uma espécie de controle social das políticas públicas. Infelizmente, o atual Governo simplesmente desconheceu o programa. Uma pena.